



As quatro candidaturas que apresentam melhor desempenho nas pesquisas de intenção de voto — Lula, Bolsonaro, Ciro e Simone Tebet — têm ideias para uma reforma tributária no sistema brasileiro

# Hora de discutir impostos

» TAÍSA MEDEIROS

A complexidade do sistema tributário brasileiro é vivenciada na rotina pelo contador Edson Castro. Colaborador de uma empresa da indústria alimentícia, todos os dias antes de iniciar o trabalho, Castro acessa os sites da Secretaria da Fazenda e da Receita Federal para conferir se houve alguma mudança do ponto de vista tributário.

“Estamos sempre esperando as mudanças. Muitas foram acarretadas por conta da pandemia. Houve aumento de algumas alíquotas, surgiram novos impostos. Realmente, a gente enfrenta uma dificuldade, por isso estou sempre estudando, para estar atualizado”, relata o contador, que ainda aponta que os prazos para adaptação às mudanças são curtos. “A gente tem que estar sempre correndo e estamos sempre lendo e procurando fontes de notícias.”

A empresa em que Edson trabalha realiza revendas para todos os cantos do país. Por isso, o contador enfrenta, ainda, diferentes taxações do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS). “Além de alguns estados estarem cobrando o ICMS, há alguns que, quando há uma redução de alguma alíquota, acrescenta outro imposto. Aí você tem que pagar algum fundo de ajuda, alguma outra taxinha para circular a mercadoria, para chegar ao cliente final”, explicou.

Por conta das tantas nuances da tributação brasileira, Edson diz acreditar que, sim, a simplificação dos impostos — que aparece nas propostas de governo — pode facilitar a vida de toda a população. “Na questão do pagamento, pode ajudar. Acredito que a solução seria até viável para facilitar a vida tanto do contador quanto também do empresário que precisa fazer as vendas. Com a alíquota correta e proporcional, facilitaria a vida de ambos”, avaliou.

As quatro candidaturas que apresentam melhor desempenho nas pesquisas de intenção de voto — Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Jair Bolsonaro (PL), Ciro Gomes (PDT) e Simone Tebet (MDB) — mencionam a realização de uma reforma tributária no sistema brasileiro. Cada uma a sua maneira explica quais estratégias pretende utilizar para simplificar a taxa no país. O problema é debatido há pelo menos 15 anos. Governos anteriores chegaram a apresentar estudos

Arquivo pessoal



Edson, contador, é a favor da simplificação dos impostos: “Estamos sempre esperando as mudanças”



**Nossa estrutura tributária veio sendo remendada desde os anos 1960, e ficou cada vez mais complexa”**

**Vander Mendes Lucas**, professor da Faculdade de Economia da Universidade de Brasília

e projetos com propostas de alterações nas leis fiscais, mas nenhuma proposta foi adiante.

## Remendos

“Reforma tributária é um assunto muito complexo. Nossa estrutura tributária veio sendo remendada desde os anos 1960, e ficou cada vez mais complexa. Hoje, se fizermos mudanças, tem setores da indústria que vão ganhar, tem setores que vão perder, tem estados que vão ganhar, tem estados que vão perder. Toda vez que o assunto chega no parlamento, os grupos defendem seus interesses e aqueles que têm privilégios na estrutura tributária vigente procuram frear o debate”, explica o professor Vander Mendes Lucas, da Faculdade de Economia da Universidade de Brasília (UnB).

Na proposta de Ciro, além das críticas à atual taxa básica de juros, o pedetista afirma que a reforma tributária é uma das prioridades do próximo governo para que o país prospere. Nos seus planos de reforma, Ciro pretende reduzir subsídios e incentivos a empresas privadas, recriar impostos sobre lucros e dividendos, adotar o princípio do orçamento base zero e a taxa de grandes fortunas.

“O ex-ministro pretende estimular o setor produtivo, com ênfase nas indústrias e no agronegócio, levando menor tributação ao consumo e maior imposto sobre a renda, o que parece ser, de fato, um bom cenário para o país. Caso ele consiga se eleger e, após, aprovar referidos projetos, esse parece ser o princípio do caminho para um sistema tributário mais justo”, avalia o especialista em direito tributário e sócio do escritório Briganti Advogados, Leonardo Briganti.

Líder nas pesquisas de intenção de voto, Lula defende em seu plano de governo uma “reforma tributária solidária, justa e sustentável”. A sugestão é que os tributos sejam simplificados, o que fará com que pobres paguem menos e ricos paguem mais. “Vamos recolocar os pobres e os trabalhadores no Orçamento. Para isso, é preciso revogar o teto de gastos e rever o atual regime fiscal brasileiro, atualmente disfuncional e sem

credibilidade”, diz o texto.

Candidato à reeleição, o presidente Jair Bolsonaro (PL) promete, como parte da reforma tributária, a correção da tabela do Imposto de Renda (IR). “Dentro dos compromissos de desoneração assumidos para a gestão 2019-2022 e dos princípios da responsabilidade fiscal, foi elaborada uma proposta de correção de 31% na tabela do Imposto de Renda”, afirma o texto. A promessa é feita desde a campanha de 2018 do então candidato. Caso houvesse cumprido tal ponto de seu plano de governo, hoje, estaria livre de pagar Imposto de Renda quem ganha até R\$ 6.060.

Bolsonaro pretende manter o projeto atual de reforma tributária que visa modernizar a tributação sobre bens e serviços, simplificando o sistema como um todo e buscando permitir que o consumidor tenha mais facilidade em entender a carga fiscal incidente nas suas compras de produtos e serviços.

Por fim, a candidata pelo MDB ao Planalto, Simone Tebet, defende que a proposta que já está no Senado seja sancionada e que pessoas com menor renda paguem menos impostos. “Nós temos três reformas tributárias no Brasil, mas a mais importante, hoje, é a do consumo, porque quem mais paga imposto é o pobre, pois é o que mais consome”, afirmou Tebet, em postagem no Twitter.

## A reforma de cada um

**O tema permeia os planos de governo dos candidatos à Presidência da República. Apesar de pouco detalhamento, é possível notar os diferentes caminhos que cada candidato aponta como solução para a tributação no Brasil**

### Luiz Inácio Lula da Silva (PT)

O ex-presidente Lula menciona, em seu plano, “uma reforma tributária solidária, justa e sustentável”, que deverá ser construída “na perspectiva do desenvolvimento, simplificando e reduzindo a tributação do consumo, corrigindo a injustiça ao garantir a progressividade tributária, preservando o financiamento do Estado de bem-estar social, restaurando o equilíbrio federativo, contemplando a transição para uma economia ecologicamente sustentável e aperfeiçoando a tributação sobre o comércio internacional”. O programa do petista defende também a intenção de uma reforma no Imposto de Renda (IR), procurando corrigir as desigualdades.

melhorará a oferta e a qualidade dos produtos e serviços, beneficiando o cidadão”, diz o texto.

### Ciro Gomes (PDT)

A reforma proposta por Ciro Gomes pretende diminuir em 20% todas as isenções fiscais distribuídas no país, que somam cerca de R\$ 340 bilhões sem qualquer critério ou obrigação de investimento. O pedetista também propõe regulamentar o imposto sobre grandes fortunas, previsto na Constituição de 1988, mas nunca implantado, tributar os lucros e dividendos das grandes corporações empresariais, além de implantar uma alíquota maior sobre as heranças e doações, de caráter progressivo.

### Simone Tebet (MDB)

A candidata defende o avanço da reforma tributária que já tramita no Senado em até seis meses, caso seja eleita. A reforma proposta por Tebet deve priorizar a redução da carga tributária sobre a produção, com maior taxa de consumo. A senadora defende, ainda, a segurança jurídica nas relações com o setor empresarial e com investidores, com respeito aos contratos firmados. Para ela, essas ações são fundamentais para reduzir o custo Brasil.

### Jair Bolsonaro (PL)

O presidente defende, em seu plano de governo, a realização da reforma para “garantir o emprego e renda e a retomada do crescimento econômico, simplificar a legislação e reduzir a carga tributária”. Bolsonaro pretende, ainda, estimular a redução da tributação das empresas nacionais e também dos impostos de importação, “criando um ambiente de concorrência e competitividade que reduzirá os preços e

## Nada de efeito imediato

Para Fernando Zilveti, professor, livre docente do Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT), nenhuma das propostas tornaria o sistema tributário brasileiro mais justo — apesar de a maioria prometer o feito. “Pense num pai ou mãe, chefes de família, negociando com marido ou esposa, com filhos adultos, com receita própria, uma concentração. De um dia para outro o que filhos e esposa (o) ganha será repassado ao chefe (a) de família, que promete repassar uma parte, depois de pagos os gastos da casa. Ocorre que a casa gasta mais do que a receita da família. Pergunto: há alguma chance disso dar certo?”, questiona.

Zilveti defende que seja feita, antes mesmo da reforma tributária, uma reforma administrativa. “Diminuído o gasto público se abrirá espaço para a reforma com queda de carga e justiça fiscal. O resto é demagogia, como está nos planos de todos os candidatos”, aponta.

Na avaliação do professor Vander Mendes Lucas, o Brasil arrecada bem, porém precisa aprender a gastar melhor. “Já estamos no limite de arrecadação, não tem como arrecadar mais. Se você tentar apertar mais um pouco, a sonegação vai aumentar. A ideia é simplificar, mas é preciso ter cuidado”, alerta. (TM)



ROBERTO BRANT

**“ESTE É O BRASIL QUE TEMOS. ANTES DE MUDÁ-LO, PRECISAMOS RECONHECÊ-LO E ACEITÁ-LO COMO ELE É. ESTE SEMPRE SERÁ O PRIMEIRO PASSO SE QUIERMOS TRANSFORMÁ-LO”**

(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

## O Brasil não é mais o mesmo

Faltando três semanas para o primeiro turno das eleições, deixando um pouco de lado a dança das pesquisas, podemos perceber que mudanças importantes estão tomando corpo na nossa realidade política. Embora a disputa, como quase sempre ocorre, esteja polarizada entre personalidades, é muito difícil compreender o que estamos vivendo se nos ativermos apenas aos perfis dos personagens. Estas eleições transcendem, em muito, a estreiteza dos dois candidatos principais.

As manifestações do dia 7 de setembro foram impressionantes em termos de espontaneidade e mobilização. Não me lembro de ter visto antes tanta gente na Esplanada. Em São Paulo, na

Avenida Paulista, a quantidade de gente reunida foi tão grande quanto a dos maiores eventos políticos já realizados. No Rio de Janeiro, a mesma coisa. Podemos discutir indefinidamente se os eventos foram apropriados para a data, mas o fato político, que não se pode questionar honestamente, é que Bolsonaro é capaz de mobilizar mais gente do que qualquer outro político brasileiro neste momento atual.

As nossas eleições, para dizer a verdade, foram sempre um pouco frias em termos de participação popular. Nunca testemunhei grandes concentrações espontâneas ou comícios que chamassem a atenção. Na verdade, nunca conhecemos eleições duramente polarizadas em

que vencer era uma questão existencial, a ponto de cada eleitor se tornar um ativista ou um militante.

Os atos de 7 de setembro revelam a emergência de um sólido movimento conservador, organizado e militante, de abrangência nacional, que se apoia na figura de Bolsonaro, mas não se resume a ele e certamente poderá sobreviver a ele. O que isto tem de importância para o futuro do país é que este movimento não pode ser simplesmente derrotado porque ele reflete realidades humanas e sociais que não se apagam com uma derrota, ou com uma vitória eleitoral. A pluralidade democrática determina que este movimento, aspirações e interesses, sejam assimilados e

reconhecidos nas políticas de Estado e de governo, sob pena de nos tornarmos uma sociedade dividida e um país paralisado.

Em contraposição à emergência conservadora, é difícil não admitir que as chamadas forças progressistas perderam muito do apelo que tiveram no passado. O próprio PT é hoje muito menor do que o Lula. A levar em conta as pesquisas de opinião, o PT está encolhendo em todo o país e está presente nas eleições para governador em pouquíssimos estados, na maioria deles relegado a segundo plano. Até onde se pode ver, a candidatura favorita de Lula, apesar da vantagem clara nas pesquisas, não tem grande poder de mobilização popular, parecendo

encarnar hoje uma espécie de maioria silenciosa, exatamente o contrário do que sempre foi. Em grande medida, ele é o único recurso para derrotar Bolsonaro, um instrumento de defesa, não um projeto de futuro.

Se este quadro é verdadeiro, o que temos pela frente é um grande desafio. Está ficando claro que o sistema partidário ruirá inteiramente e já não realiza minimamente a mediação política entre a sociedade e o Estado. Um sistema político numa sociedade complexa e cheia de carências não pode se apoiar apenas em personalidades que, por natureza, são efêmeras. Os movimentos, por sua vez, não são substitutos perfeitos dos partidos políticos, porque carecem da orga-

nização e da estrutura que são necessárias para a ação política permanente. E as maiorias silenciosas não têm estrutura ou comando para assegurar seu protagonismo.

Continuo convencido de que estamos diante de duas escolhas insatisfatórias. Nenhuma delas reúne as condições para liderar nosso país para a mudança e o progresso. A política está dividida hoje em lados que não se reconhecem e que, portanto, não podem cooperar entre si.

Nada disto, no entanto, é destino. A história é contingente e tudo pode mudar. Este é o Brasil que temos. Antes de mudá-lo, precisamos reconhecê-lo e aceitá-lo como ele é. Este sempre será o primeiro passo se quisermos transformá-lo.